



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Secretaria-Geral

Comissão Permanente de Convênios - CPCo
Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP
CEP 09210-580 · Fone: (11) 3356-7631
secretaria.cpc@ufabc.edu.br

Ata nº 11/2018/CPCo

Aos 26 dias do mês de setembro de 2018, no horário das 15h04min, na Sala 302 do 3º andar, do Bloco L, do *Campus* Santo André, da Universidade Federal do ABC (UFABC), localizada na Avenida dos Estados, 5001, Bairro Santa Terezinha, Santo André, São Paulo, realizou-se a XI sessão ordinária da Comissão Permanente de Convênios (CPCo) do ano em curso, previamente convocada pela professora Sônia Maria Malmonge, representante da Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPes), com a presença dos seguintes **membros**: Priscila Carvalho Dalviasom, representante suplente da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (ProEC); Sara Cid Mascareñas Alvarez, representante da Pró-Reitoria de Administração (ProAd); Camilo Andrea Angelucci, representante suplente do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Alexandre Acácio de Andrade, representante do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicada (CECS); Alexandre Matias dos Santos, representante suplente da Assessoria de Cooperações Institucionais e Convênios (ACIC) e Itana Stiubiener, representante do Centro de Matemática, Computação e Cognição. **Participantes**: Não houve. **Apoio administrativo**: Fabiana Vallini, secretária executiva da Secretaria-Geral. Havendo quórum legal, professora Sônia, após cumprimentar os presentes, inicia a reunião com a sessão de **informes**: 1) Professora Sônia cita que na sessão anterior foi levantada dúvida referente a clausula 4ª, do item 4.6 do Termo de Colaboração Técnico Científico nº 24/2016, na qual o encaminhamento foi enviar e-mail para consulta. E após os esclarecimentos foi aprovada *ad referendum* a criação da rubrica para diárias. **Ordem do Dia**: 1. Ata da X sessão ordinária de 2018, realizada em 05 de setembro de 2018. Será apreciada na próxima sessão. 2. Inclusão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação como um dos membros na composição da Comissão Permanente de Convênios CPCo – Análise da revogação da Resolução ConsUni nº 157, 10 de setembro de 2015, que estabelece a composição da Comissão Permanente de Convênios. Professora Sônia recorda que o assunto já foi tratado pela CPCo em decorrência da solicitação da Agência de Inovação que não tinha assento na Comissão, pois fazia parte da ProPes e após a desvinculação houve a solicitação e a Comissão considerou importante a participação da Agência. E desta aprovação surgiu a minuta de alteração da Resolução ConsUni nº157, relata ainda que na reunião dos pró-reitores é discutida as pautas dos Conselhos Superiores e ao fazer a apresentação do documento o professor Charles que atualmente é o pró-reitor de Pós-Graduação levantou a importância da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG) também compor a CPCo, pois em virtude da criação da Comissão de Aperfeiçoamento e Especialização (CoAE) todas as propostas de cursos de pós-graduação *lato sensu* serão vinculadas à ProPG. Cita que quando essa situação foi colocada houve o entendimento que talvez venha deles a maior demanda para esta Comissão avaliar e sendo da ProPG a responsabilidades de defender e trazer subsídios para as análises. Assim houve a inclusão deste item em pauta para reavaliação da minuta já com a inclusão da ProPG na composição da CPCo. Destaca ainda que o professor Daniel Pansarelli, sugeriu para os considerandos da minuta alterar onde constam “*notas da auditoria interna*” para “*de acordo com a Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre os estímulos do desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação e da outros procedimentos*”. Esclarecendo que trata do mesmo assunto. E na composição além da inclusão do Diretor da Agência de Inovação faríamos a inclusão do Pró-Reitor de Pós-Graduação, assim a composição passa a ter nove representações. Abre-se para discussão. Aprovado com uma abstenção. Professora Sônia informa que a proposta será encaminhada para a próxima sessão do Conselho Universitário (ConsUni). 3. Continuação da análise da Resolução ConsUni nº 159, de 26 de outubro de 2015 e definição do termo, conforme previsto no normativo – Análise da minuta de Resolução.



44 Professora Sônia cita que nas sessões anteriores houve discussões referente à Resolução ConsUni nº
45 159 que estabelece que cabe a CPCo definir o que seriam agências oficiais de fomento e nestas
46 discussões foi elaborada uma proposta pela Sara que foi encaminhada aos membros. Sara diz que o
47 texto ficou bem parecido com o discutido na última sessão uma vez que a CPCo decidiu não listar
48 todas as agências optando por elaborar um documento mais abrangente permitindo ser tanto
49 organismos nacionais como internacionais. Esclarece que como apoio ao trabalho da ACIC poderia
50 haver uma listagem, mas na Resolução ficaria mais geral apenas para nortear a análise. Faz a leitura
51 da minuta. Professora Sônia abre para discussão esclarecendo que o assunto permaneceu como item
52 do expediente após a discussão na última reunião, pois havia a necessidade da elaboração de uma
53 minuta e questiona aos membros para passar o assunto para a ordem do dia. Professora Itana segunda
54 a proposta. O assunto é incluso como o 3º item da Ordem do dia da XI Sessão Ordinária da CPCo.
55 Encaminha-se para votação. Aprovado por unanimidade. **Expediente: 4. Análise da tabela anexa da**
56 **Resolução ConsUni nº 135 quanto a incidência de Taxa de Ressarcimento Institucional (TRI) nos**
57 **itens de autorização, para subsidiar GT Revisor da Resolução ConsUni nº 135.** Professora Sônia
58 recorda que surgiu uma demanda da CPCo para a revisão da Resolução ConsUni nº 135, em função
59 da Lei de Inovação e em decorrência de um caso de um docente que veio redistribuído para a
60 UFABC e que na Universidade de origem participava de um projeto no qual envolvia um convênio e
61 recebimento de bolsa pago através da fundação de apoio e ao ser redistribuído a coordenação do
62 projeto concordou com a continuidade do docente no projeto. Com isso, o docente teve que passar o
63 processo de parceria pelo Centro onde houve dificuldade enquadramento em um dos itens da tabela
64 da Resolução ConsUni nº 135, mas verificou-se que na Lei de Inovação há a possibilidade dos
65 docentes receberem bolsas pagas por fundações de apoio. Lembra que na criação desta Resolução foi
66 constituído um Grupo de Trabalho (GT) amplo que discutiu bastante até surgir a proposta para
67 apreciação no ConsUni e a Reitoria decidiu constituir um novo GT com membros das mesmas áreas
68 que participaram anteriormente para trabalhar na revisão da Resolução. Esclarece que em uma
69 primeira reunião o grupo entendeu que a única adequação seria uma revisão do item quatro da tabela
70 fazendo a seguinte inserção: “bolsas de ensino pesquisa e extensão ou de estímulo à inovação pagas
71 por fundações de apoio devidamente credenciada por IFE ou por organismos internacionais
72 amparadas por ato, tratado ou convenção internacional.”. Ressalta que posteriormente
73 começaram a surgir algumas dúvidas, pois é esta Resolução que normatiza a colaboração
74 remunerada esporádica dos docentes em Regime de Dedicção Exclusiva (RDE). Citando que
75 houveram sugestões no sentido de definir o que é remuneração esporádica entre outros
76 apontamentos e em uma segunda reunião o GT entendeu que teriam outros itens da Resolução
77 que necessitam de revisão e não apenas a inserção no item quatro na tabela. Ao mesmo tempo
78 surgiu a seguinte dúvida se é feita a inclusão de que o docente pode receber bolsa paga por
79 fundação de apoio esse mesmo item cita que não se aplica a Taxa de Ressarcimento Institucional
80 (TRI). Professora Itana diz que é diferenciado quando se trata de bolsa e quando se trata de
81 remuneração. Citando que tem projetos onde recebe remuneração através da fundação de apoio e
82 que não são bolsas e nestes casos há o pagamento de TRI. Professora Sônia cita que membros do
83 GT ficaram realmente em dúvida sobre vários termos que aparecem na Lei, pois às vezes a
84 interpretação da lei é difícil e diante dessas dúvidas que surgiram acharam por bem trazer o
85 documento para a CPCo no intuito de a Comissão se debruçar sobre a tabela e verificar se
86 somente a inserção já atende a necessidade ou se cabe revisar mais algum ponto da tabela.
87 Professor Alexandre considera que há uma diferença entre as parcerias que envolvem os Centros
88 em especial no CECS, no qual os outros centros acabam firmando, na maioria das vezes,
89 parcerias com instituições públicas e o no CECS as parcerias envolvem mais instituições
90 privadas. Considerando importante a revisão para que possa abranger algumas especificidades

91 que acabam não sendo atendidas atualmente. Professora Itana cita que participou do primeiro GT
92 que auxiliou na elaboração da Resolução e entende que a tabela contempla as empresas privadas,
93 considerando que é complicado firmar qualquer parceria sem envolver as fundações de apoio. E
94 acredita que com a inclusão da fundação de apoio no item 4 da tabela vai abranger todas as
95 parcerias. Professora Sônia cita que pela fala da professora Itana a Resolução já estabelece
96 quando deve ou não ser cobrada a TRI. Professora Itana confirma e diz as pessoas não tem
97 familiaridade com o assunto e acaba gerando dúvidas considerando que a Resolução atende as
98 necessidades, mas não está clara para a comunidade. Professora Sônia concorda, pois muitas das
99 dúvidas apontadas ao verificarem na Lei estavam contempladas, pois em geral as dúvidas são de
100 interpretação e entendimento de termos. Professora Itana acredita que para pagamento de bolsas
101 nem pode ser cobrada a taxa e recomenda uma consulta à Procuradoria Jurídica. Professora
102 Sônia esclarece que a ideia é essa trazer para discussão para a CPCo e posteriormente
103 encaminhar para análise jurídica. Encaminha-se para que o assunto permaneça no expediente
104 para que os membros verifiquem a tabela e façam seus apontamentos referente à cobrança ou não
105 da TRI para a próxima reunião. Sara pede que sejam disponibilizadas as dúvidas do GT para
106 auxiliar a CPCo a ter esse foco de análise e sugere que tentem melhorar a redação dos termos
107 para um melhor entendimento sem descaracterizar a Resolução. Professora Sônia diz que irá
108 disponibilizar. Nada mais havendo, a reunião encerra-se às 15h41, da qual, para constar, eu, Fabiana
109 Vallini, secretária executiva da Secretaria-Geral, lavrei esta ata que, após aprovada, será assinada por
110 mim e pela presidente da CPCo.

Fabiana Vallini
Secretária Executiva

Sonia Maria Malmonge
Presidente da Comissão Permanente de Convênios